



Reunidas S.A. Indústria e Comércio

CNPJ – 83.702.142/0001-28

Caçador – SC

**Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2022**



REUNIDAS S.A.INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ 83.702.142/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria da REUNIDAS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seguir, as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes, do exercício de 2022, objetivando divulgar o desempenho da companhia para a sociedade, parceiros, investidores e usuários.

Ênfase

Em 02 de maio de 2016, as companhias controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos- Em Recuperação Judicial e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.- Em Recuperação Judicial** e, também, a companhia integrante do mesmo grupo econômico **Real Transporte e Turismo S.A.- Em Recuperação Judicial**, protocolaram o pedido de Recuperação Judicial, o qual teve o deferimento exarado em 09 de maio de 2016, seguindo o processo os trâmites previstos em lei.

Como parte constante das ações de recuperação judicial, em 05/12/17 foi realizada a assembleia geral de credores (AGC), mediante a qual os credores, por esmagadora maioria, aprovaram o plano de recuperação proposto pelas companhias.

Por conta da aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores (AGC) o MM. Juiz da Recuperação Judicial concedeu a recuperação judicial em 18/12/2017, decisão contra a qual não foram interpostos recursos.

Caçador, 10 de Março de 2.023.

LYCURGO FAORO COELHO
DE SOUZA:34775579991

Assinado de forma digital por LYCURGO
FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
Dados: 2023.04.04 08:30:07 -03'00'

Lycurgo Faoro Coelho de Souza
Diretor Presidente

MARCELO
CHIARELLO:602636289
49

Assinado de forma digital por
MARCELO
CHIARELLO:60263628949
Dados: 2023.04.04 08:30:21 -03'00'

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Reunidas S.A. Indústria e Comércio
Caçador – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Reunidas S.A. Indústria e Comércio** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Reunidas S.A. Indústria e Comércio** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza Relevante

Sem ressaltar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa “1”, a Companhia não vem auferindo receitas operacionais decorrentes das suas atividades, bem como em 31 de dezembro de 2022 apresenta Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) no valor de R\$ 971 Mil, o que gera dúvidas quanto à sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Ênfases

Recuperação Judicial

Em 02 de maio de 2016, a companhia controladora **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”** e, também, as companhias integrantes do mesmo grupo econômico **Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”** e **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram o pedido de Recuperação Judicial e tiveram o deferimento em 09 de maio de 2016. O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data e, homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.



“Coisa Julgada” em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.




Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de março de 2023.


MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1-S/SE
ELIANE SCOTO DE FREITAS
Contadora CRC-PR Nº 038.367/O-9-S/SE



Reunidas S.A. Indústria e Comércio

Caçador - SC

Balanco Patrimonial

Ativo

		Em Milhares de Reais	
	Nota	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Circulante		<u>18</u>	<u>0</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	9	0
Tributos a Recuperar	6	9	0
Não Circulante		<u>372</u>	<u>345</u>
Investimentos	7	<u>372</u>	<u>345</u>
Total do Ativo		<u><u>390</u></u>	<u><u>345</u></u>

Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

		Em Milhares de Reais	
	Nota	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Circulante		<u>9</u>	<u>18</u>
Fornecedores		9	9
Obrigações Fiscais e Tributárias		0	9
Não Circulante		<u>1.352</u>	<u>1.302</u>
Partes Relacionadas	8	1.275	1.236
IR e CS Passivo Diferidos	9	77	66
Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)	10	<u>(971)</u>	<u>(975)</u>
Capital Social		850	850
Prejuízos Acumulados		(1.821)	(1.825)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)		<u><u>390</u></u>	<u><u>345</u></u>



Reunidas S.A. Indústria e Comércio

Caçador - SC

Demonstração do Resultado

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./22	01/jan./21
		a	a
		31/dez./22	31/dez./21
Nota			
	(Despesas)/Receitas Operacionais	<u>22</u>	<u>38</u>
	Despesas Gerais e Administrativas	(14)	(20)
11	Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	36	58
	Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras	22	38
	Despesas Financeiras	(7)	(88)
	Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>15</u>	<u>(50)</u>
9	IR e CS Diferidos	(11)	(17)
	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	<u><u>4</u></u>	<u><u>(67)</u></u>

Demonstração do Resultado Abrangente

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./22	01/jan./21
		a	a
		31/dez./22	31/dez./21
	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	<u>4</u>	<u>(67)</u>
	Movimentação do Exercício	<u>0</u>	<u>0</u>
	Resultado Abrangente do Exercício	<u><u>4</u></u>	<u><u>(67)</u></u>



Reunidas S.A. Indústria e Comércio

Caçador - SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2021	850	(1.758)	(908)
Prejuízo do Exercício	0	(67)	(67)
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021	850	(1.825)	(975)
Lucro Líquido do Exercício	0	4	4
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022	850	(1.821)	(971)



Reunidas S.A. Indústria e Comércio

Caçador - SC

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./22 a 31/dez./22	01/jan./21 a 31/dez./21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	15	(50)
Ajustado por:		
Alienação de Investimentos	4	0
Ajustes ao Valor Justo - Propriedades para Investimentos	(31)	(57)
Resultado Ajustado	(12)	(107)
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Tributos a Recuperar	(9)	0
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	0	9
Obrigações Fiscais e Tributárias	(9)	2
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(30)	(96)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	0	(17)
Partes Relacionadas - Passivo	39	113
Caixa Líquido Gerado das Atividades de Financiamento	39	96
Aumento Líquido/(Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>9</u>	<u>0</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	0	0
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	9	0



Reunidas S.A. Indústria e Comércio

CNPJ – 83.702.142/0001-28

Caçador – SC

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Companhia iniciou suas atividades em 02 de outubro de 1979 e tem por objeto varejista de combustíveis para veículos automotores.

A Companhia não auferiu receitas operacionais decorrentes de sua atividade nos anos-calendário de 2021 e 2022.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 10 de março de 2023.

Recuperação Judicial das demais empresas do Grupo Reunidas

Em 02 de maio de 2016, a companhia controladora **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”**, e as companhias do grupo econômico **Reunidas Transportadora de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”** e **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.

A medida objetiva a recuperação das companhias através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, o qual foi aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.



Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.



No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta “Encargos Financeiros Líquidos”.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa “5”), nessa classificação.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui Contas a Receber de Clientes, nessa classificação.

d) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*.

A provisão constituída está composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Reversão de Perdas de Títulos Incobráveis" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

2.5 Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, no caso de incentivos fiscais e outros investimentos, e pelo valor justo para as Propriedades para Investimento, conforme mencionado na nota explicativa "7".

2.6 Partes Relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, conforme descrito na nota explicativa "8".

2.7 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.8 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.



As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “13”.

2.9 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e Leis Fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os tributos diferidos estão demonstrados na nota explicativa “9”.



2.10 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.11 Regime de Tributação da Companhia

A Companhia é tributada com base no Lucro Real.

2.12 Normas, Alterações e Interpretações de Normas

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.



As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Não foram auferidas receitas nos anos-calendário de 2021 e 2022.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.



Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Nota 5. Caixas e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Caixa e Bancos	9	-
	9	-

Nota 6. Tributos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
IRPJ Pago a Maior	9	-
	9	-



Nota 7. Investimentos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Propriedades para Investimentos	371	340
Participação em Outras Sociedades	1	1
Incentivos Fiscais	-	4
	<u>372</u>	<u>345</u>

A partir de 01 de janeiro de 2011, a Companhia reclassificou os bens do ativo imobilizado para propriedades para investimentos em função desses bens serem utilizados apenas para locação a terceiros, passando a adotar o método do valor justo para sua avaliação anual. Para a adoção do método do valor justo disposto no CPC 28 – Propriedades para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que vem emitindo laudos anuais. A composição dos saldos está assim demonstrada:

Valores Contábeis dos Investimentos	Prédios e Benfeitorias	Terrenos	Totais
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2021	-	283	283
Ajuste ao valor justo	-	57	57
Saldos finais em 31 de dezembro 2021	-	340	340
Ajuste ao valor justo	-	31	31
Saldos finais em 31 de dezembro 2022	-	371	371

O ajuste ao valor justo foi reconhecido no resultado da Companhia, na conta de “Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos”.

Nota 8. Partes Relacionadas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Passivo Circulante		
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	1.275	1.236
Total do Passivo Circulante	<u>1.275</u>	<u>1.236</u>



Nota 9. IR e CS Diferido

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2021
Passivo		
Não Circulante		
IRPJ Passivo Diferido (Propriedades p/Investimento)	57	49
CSLL Passivo Diferido (Propriedades p/Investimento)	20	17
	<u>77</u>	<u>66</u>

O IR e CS Passivo Diferidos incidentes sobre o reconhecimento do ajuste ao valor justo das propriedades para investimentos são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no Resultado do Exercício, representando R\$ 11, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 17, em 31 de dezembro de 2021).

Nota 10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é composto de 850.000 (Oitocentos e cinquenta mil) ações no valor nominal de R\$ 1 (um) real cada, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Capital Social Subscrito	850	850
	<u>850</u>	<u>850</u>
	Quantidade de Ações	Participação (%)
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	850.000	100,00%
	<u>850.000</u>	<u>100,00%</u>

Nota 11. Despesas Gerais e Administrativas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Despesas Gerais e Administrativas	(8)	(19)
Despesas Tributárias	(6)	(1)
	<u>(14)</u>	<u>(20)</u>

**Nota 12. Seguros (não auditado)**

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 13. Contingências Passivas

A Companhia não possui contingências com probabilidade de perda avaliada como risco "provável" ou "possível" pelos relatórios recebidos dos assessores jurídicos externos. Assim nenhuma provisão ou divulgação é requerida.